

Curriculum Vitae

João Pedro Barrosa Caupers

CURRICULUM VITAE

JOÃO PEDRO BARROSA CAUPERS, nascido em Lisboa, em 21 de abril de 1951, filho de João Maria de Freitas Caupers e de Marília Barrosa Caupers.

Licenciado (1973), mestre (1984) e doutor em direito — em ciências jurídico-políticas, na área de ciência da administração (1994) — pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Professor associado (1999), depois agregado (2003), finalmente catedrático (2004), da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

I

Carreira académica

1. Frequentou o ensino secundário no Liceu Normal de Pedro Nunes, em Lisboa, entre os anos lectivos de 1961/1962 e 1967/1968, tendo concluído o curso liceal com a classificação de 16 valores.

2. Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no ano lectivo de 1968/1969, tendo concluído a licenciatura em Direito no ano lectivo de 1972/1973, com a classificação final de 14 valores.

3. Em 1974 foi convidado para assistente eventual da disciplina de Direito do Trabalho na **Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**. Acabou por se ver na contingência de ter de assegurar a regência da disciplina de Direitos Reais durante o ano lectivo de 1974/1975. Confrontado com a falta de condições para o exercício de funções docentes, por força das circunstâncias que então se viviam no País e na Escola, rescindiu o seu contrato no final de 1975, deixando a Faculdade (prestou serviço entre 2 de janeiro de 1975 e 30 de outubro do mesmo ano).

4. Após ter frequentado a parte escolar do curso de pós-graduação — mais tarde equiparado ao mestrado — em ciências jurídico-políticas, apresentou-se ao concurso para assistente estagiário na **Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**, tendo sido admitido no Grupo de Ciências Jurídico-Económicas (iniciou funções em 2 de novembro de 1981). No ano letivo de 1981/1982 e no ano seguinte prestou serviço na disciplina de Economia Política.

5. Transferido a seu pedido para o Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, prestou serviço na disciplina de Direito Administrativo I nos anos letivos de 1983/1984 e 1984/1985. Em novembro de 1984, discutiu a sua dissertação de mestrado, subordinada ao tema *Os direitos fundamentais dos trabalhadores e a Constituição*, tendo sido

aprovado com a classificação de bom com distinção. Em 2 de Novembro de 1985 foi contratado como assistente.

6. Nesta condição prestou serviço, entre os anos letivos de 1985/1986 e 1990/1991, nas disciplinas de Direito Administrativo I, Direito Administrativo II e Direito Internacional Público II (regência)

7. Em janeiro de 1987 foi admitido à preparação do doutoramento na área da ciência da administração, propondo-se estudar, sob a orientação do Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral, a administração periférica do Estado.

8. Esteve dispensado da prestação de serviço docente no ano letivo de 1991/1992 e no primeiro semestre do ano letivo de 1992/1993, a fim de ultimar a preparação da dissertação de doutoramento. Concluída esta, foi-lhe então confiada a regência da disciplina de Direito do Mar.

9. Em 24 de Fevereiro de 1994 prestou provas de doutoramento, tendo a sua dissertação *A administração periférica do Estado — Estudo de ciência da administração* merecido aprovação com distinção. No dia seguinte foi contratado pela **Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa** como professor auxiliar.

10. Entre o segundo semestre do ano letivo de 1993/1994 e o ano letivo de 1998/1999 foram-lhe confiadas nesta Faculdade regências das disciplinas de Direito do Mar, de Direito Internacional Público II, de Direito Administrativo (licenciatura e mestrado), de Introdução ao Estudo do Direito e de Ciência da Administração (pós-graduação).

11. No ano letivo de 1997/1998 passou a fazer parte do corpo docente da **Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa**, onde já ensinou as disciplinas de Ciência da Administração Pública, Ciência da Legislação, Direito Administrativo, Direito Processual Administrativo, Teoria da Norma Jurídica, Profissões Jurídicas e Deontologia, Prática Jurídica Interdisciplinar e Direito Internacional Económico (coregência) e também regeu a disciplina de Direito Administrativo no 1º Programa de Mestrado e Doutoramento, co-regeu a mesma disciplina no 5º Programa, regeu a disciplina de Direito Público Comparado nos anos letivos 2012/2013 e 2013/2014 e a Direito Internacional do Mar e Marítimo (mestrado), no ano letivo de 2015/2016.

12. Em junho de 1999 foi integrado no quadro docente da **Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa** com a categoria de professor associado.

13. Em 3 e 4 de outubro de 2003 prestou provas de agregação no Grupo de Direito Público da **Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa**, tendo sido aprovado por unanimidade.

14. Em 17 de Maio de 2004 foi aprovado, por unanimidade, no concurso para professor catedrático da **Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa**.

15. Na **Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa**, assegurou o ensino da disciplina de Instituições Político-Administrativas, do

Curso de Mestrado em Geografia — Gestão do Território (ano letivo de 1994/1995) e da disciplina de Organização e Atividade da Administração, do Curso de Mestrado em Administração Pública e Sociedade (ano letivo de 2007/2008).

II

Outras funções exercidas na academia

1. Ao longo do tempo em que prestou serviço na **Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa** desempenhou as funções de vogal do Conselho Diretivo, Vice-Presidente da Mesa da Assembleia de Representantes, vogal do Conselho Pedagógico, membro do júri de equivalências de grau académico (licenciaturas estrangeiras), Vice-Presidente do Instituto para a Cooperação Jurídica e vogal da Comissão Permanente do Conselho Científico e responsável pelo pelouro das relações com o Brasil.

2. Na **Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa** desempenhou, entre janeiro de 2000 e outubro de 2003, as funções de subdiretor.

3. Em 8 de Outubro de 2003 foi eleito pela assembleia de representantes diretor da **Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa**, tendo sido reeleito em dezembro de 2006 e deixado o cargo em fevereiro de 2009.

4. Exerceu as funções de presidente do Conselho Científico da **Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa** em 2012 e 2013.

5. Entre 2009 e 2013 foi membro do Conselho Geral da **Universidade Nova de Lisboa**.

III

Outra atividade docente e de investigação

1. Nos anos letivos de 1986/1987 e 1994/1995 a 2004/2005 assegurou a regência da disciplina de Direito Administrativo I no Departamento de Direito da **Universidade Autónoma de Lisboa**.

2. Nos anos letivos de 1987/1988 a 1990/1991 e no ano letivo de 2012/2013 prestou serviço docente no Departamento de Direito da **Universidade Lusíada**, tendo assegurado sucessivamente, a regência das disciplinas de Direito Administrativo I, Direito Administrativo II, Direito Público Comparado e Direito dos Contratos Públicos.

3. A convite do Instituto Nacional de Administração, assegurou a regência da disciplina de Direito Administrativo do 1º Curso de Administração Pública, na **Universidade da Ásia Oriental**, em Macau (outubro de 1989).

4. No **Instituto Nacional de Administração**, foi responsável pela disciplina de Processo Administrativo Gracioso e Contencioso no âmbito do 2º Curso de

Administração Pública. Neste mesmo Instituto e desde 1987 participou em diversas ações de formação em contencioso administrativo, em procedimento administrativo e em feitura das leis, destinadas a juristas da Administração Pública.

5. Nas **Universidades do Massachusetts**, em Boston (1989), **Complutense de Madrid** (1991), e de **Paris-II** (1991), realizou investigação no quadro da preparação da sua dissertação de doutoramento em ciência da administração. Naquela universidade espanhola orientou um pequeno ciclo de colóquios, destinado a doutorandos, sobre a administração pública portuguesa.

6. Na **Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista** orientou um curso para doutorandos sobre a temática das garantias dos cidadãos em face da Administração Pública (1994).

7. Na **Universidade do Minho** assegurou a primeira regência da disciplina de Direito Administrativo I do Curso de Licenciatura em Direito, no ano letivo de 1994/1995.

8. No primeiro semestre do ano letivo de 1995/1996 foi um dos corresponsáveis da Faculdade de Direito de Lisboa pelo ensino da disciplina de Direito do 4º ano da Licenciatura em Engenharia do Território, ministrada no **Instituto Superior Técnico**, ocorrendo a sua participação no âmbito das matérias de Direito do Urbanismo e de Direito do Ambiente.

IV

Participação em júris de provas académicas e de concursos da carreira docente universitária

A. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

1. Integrou, entre 1995 e 2001, na qualidade de arguente, os seguintes júris de mestrado:

a) Licenciado António Paulo Duarte de Almeida, *A função das medidas preventivas e a liberdade de conformação de planos urbanísticos*;

b) Licenciado David José Peixoto Duarte, *Procedimentalização, participação e fundamentação: para uma concretização do princípio da imparcialidade administrativa como parâmetro decisório*;

c) Licenciado Fernando Loureiro Bastos, *Os acordos internacionais mistos em Direito Comunitário. Contributo para a compreensão do seu fundamento jurídico*;

d) Licenciada Ana Paula de Almeida Flausino, *A Confederação Europeia de Sindicatos perante alguns problemas do trabalhador comunitário*;

e) Licenciado José Fernandes Fontes Castelo Branco, *Do controlo parlamentar da Administração Pública*;

f) Licenciado Duarte Manuel Lynce de Faria, *A jurisdição e a delimitação dos espaços marítimos em Portugal - Do rio Minho às ilhas Selvagens*;

g) Licenciado Jorge Pinheiro Simão, *Elementos para o Estudo do Regime Jurídico do Património Cultural Subaquático em Portugal*;

h) Licenciada Alexandra Leitão, *A protecção judicial nos contratos da administração pública*;

i) Licenciado José Luís Esquível Pereira, *Os contratos administrativos e a arbitragem*.

2. Durante o mesmo período, integrou os júris de mestrado dos licenciados Ana Paula Piedade Dourado, António Carlos Candeias Moreira de Araújo, Olívio Augusto Mota Amador, Manuel António Dias da Silva, Carlos Manuel da Silva Nunes, José Ambrósio Eduardo Sambo, André Sopas Bandeira, Arménio Marques Ferreira, Rui Hermida, Filipe Alberto da Boa Baptista (orientador), Guilherme Machado Dray, Ana Estela Chagas Marques Leandro, Edson Aguiar de Vasconcelos e João Tiago Valente Almeida da Silveira (orientador).

3. Em 2007, integrou o júri que apreciou e aprovou a dissertação de doutoramento apresentada pela Mestre Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves, cabendo-lhe uma das arguições da dissertação (*Direito Disciplinar da Função Pública*); em 2011, integrou o júri de doutoramento que apreciou e aprovou a dissertação de doutoramento apresentada pelo Mestre Lourenço Vilhena de Freitas (*Os contratos de direito público na União Europeia no quadro do direito administrativo da União Europeia*); no ano lectivo de 2011/2012 foi membro do júri do concurso para provimento de uma vaga de professor catedrático do grupo de ciências jurídico-políticas, o mesmo sucedendo no ano lectivo de 2012/2013, relativamente a duas vagas de professor catedrático daquele grupo; ainda em 2012, integrou o júri das provas de agregação requeridas pela Doutora Maria José Rangel de Mesquita, nelas aprovada por unanimidade; em 2013, integrou o júri de doutoramento que apreciou e aprovou a dissertação de doutoramento apresentada pela Mestre Ana Gouveia e Freitas Martins (*Contributo para uma desconstrução dogmática da teoria do facto do príncipe*), cabendo-lhe o encargo de uma das arguições; em 2014, integrou os júris dos concursos para professor catedrático e para professor associado do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas; no ano letivo de 2016/2017, integrou o júri de novo concurso para professor associado daquele grupo.

B. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

1. Em 1998, foi membro do júri que concedeu equivalência ao grau de doutor em direito, pela à Licenciada Maria Paula Marçalo Grilo Lobato de Faria.

2. Em 2002, integrou o júri que discutiu e aprovou a dissertação de doutoramento apresentada pelo Mestre António Pestana Garcia Pereira, *A viragem do século – o “ocaso” ou o “renascimento” do direito do trabalho?*

3. Em 2003 fez parte do júri que discutiu e aprovou a dissertação de doutoramento apresentada pelo Mestre Nuno Piçarra, *O inquérito parlamentar e os seus modelos constitucionais – o caso português*; e integrou os júris do concurso para professor associado dos grupos de Direito Público e de Ciências Jurídicas Gerais e Afins.

4. No ano de 2005, integrou o júri das provas de agregação do Doutor Armando Marques Guedes; o júri do concurso para professor catedrático do 2.º Grupo – Direito Privado, de que resultou a aprovação do Professor Carlos Ferreira de Almeida; e o júri de doutoramento da Licenciado Tiago Duarte, de que resultou a aprovação da dissertação *A Lei por detrás do Orçamento. A Questão Constitucional da Lei do Orçamento*.

5. No ano de 2006, fez parte do júri que apreciou e aprovou a dissertação de doutoramento da Licenciada Andreia Sofia Pinto de Oliveira, de que resultou a aprovação da dissertação *O Direito de Asilo na Constituição Portuguesa. Âmbito de protecção de um direito fundamental*; e o júri de doutoramento da Licenciada Helena Maria Matias Pereira de Melo, em que foi arguente, e de que resultou a aprovação da dissertação *Implicações jurídicas do projecto do genoma humano: constituirá a discriminação genética uma nova forma de apartheid?*

6. No ano de 2007, integrou os júris das provas de agregação dos Doutores Maria Lúcia Amaral e Jorge Bacelar Gouveia, tendo neste último sido arguente do relatório sobre o programa, conteúdos e métodos de três disciplinas de direito internacional público.

7. Em 2008, integrou os júris das provas de agregação dos Doutores Rui Pinto Duarte e Maria Teresa Couceiro Pizarro Beleza.

8. Em 2009, fez parte do júri que apreciou e aprovou a dissertação de doutoramento apresentada pela Licenciada Rita Sofia Martins Calçada Pires, *Tributação internacional do rendimento empresarial gerado através do comércio electrónico. Desvendar mitos e construir realidades*, e o júri do concurso para professor catedrático em que viria a ser aprovado o Doutor Rui Pinto Duarte.

9. Em 2010 integrou o júri que apreciou e aprovou a dissertação de doutoramento *A vinculação das entidades públicas ao princípio da igualdade*, apresentada pelo Mestre Bernardino José de Brito Duarte, cabendo-lhe as funções de arguente.

10. Em 2011 fez parte do júri que apreciou e aprovou a dissertação de doutoramento apresentada pelo Mestre Carlos Maria Feijó, *A coexistência normativa*

entre o Estado e as autoridades tradicionais na ordem jurídica plural angolana, cabendo-lhe as funções de arguente.

11. Em 2012 integrou o júri que apreciou e aprovou a dissertação de doutoramento apresentada pela Licenciada Vera Eiró, de que foi orientador, com o título *A obrigação de indemnizar das entidades adjudicantes. Fundamento e pressupostos*.

12. Em 2016 integrou os júris das provas de agregação da Doutora Maria Helena Brito e da Doutora Mariana França Gouveia.

C. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

1. Integrou, na qualidade de arguente, os seguintes júris de mestrado:

a) No ano letivo de 1995/1996, Licenciada Inês Mont'Alverne Brou Folhadela Rebelo de Albuquerque (*O Direito Público das Águas no Ordenamento Jurídico Português*);

b) No ano letivo de 1996/1997, Licenciado José Joaquim Cordeiro Tavares (*Pequeno contributo para o estudo da região administrativa*);

c) No ano letivo de 1999/2000, Licenciada Catarina Sarmiento e Castro (*A questão das polícias municipais*);

d) No ano letivo de 2001/2002, Licenciada Isabel Faustino Peça (*O controlo do Estado sobre as instituições de solidariedade social*);

e) No ano letivo de 2002/2003, Licenciado Vasco Costa Brandão de Moura Ramos (*A compatibilidade da Reforma da Administração Pública com os princípios constitucionais*);

f) No ano letivo de 2004/2005, Licenciado Joaquim Monteiro da Rocha (*O Presidente da Câmara Municipal*);

g) No ano letivo de 2006/2007, Licenciada Milena Rebouças Nery, (*A Independência das Autoridades de Regulação Económica*).

2. No ano letivo de 1997/1998 integrou o júri que apreciou e aprovou a dissertação de doutoramento apresentada pelo Licenciado Luís Filipe Colaço Antunes (*O procedimento administrativo de avaliação de impacto ambiental*).

3. No ano letivo de 2011/2012 fez parte do júri do concurso para provimento de duas vagas de professor associado na área de ciências jurídico-políticas, em que viriam a ser aprovados os Doutores Pedro Gonçalves e João Loureiro.

4. No ano letivo de 2019/2020, integrou o júri das provas de agregação do Doutor Pedro da Costa Gonçalves.

D. Outras instituições de ensino

1. Em 1995, na **Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa**, integrou o júri de doutoramento que apreciou e aprovou a dissertação

de doutoramento apresentada pela Licenciada Margarida Angélica Pires Pereira Esteves (*O processo de decisão na política urbana. O exemplo da Costa do Sol*).

2. Nesse mesmo ano, na **Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa**, integrou o júri de mestrado do Licenciado António Alpendre, na qualidade de arguente (*As vias de facto da administração e os direitos dos particulares*).

3. Em 1997, no **Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa**, foi membro co-arguente do júri de doutoramento que discutiu e aprovou a dissertação de doutoramento apresentada pelo Mestre Luís Manuel da Silva Viana de Sá (*Estado, Administração Pública e Comunidade Europeia*).

4. No Departamento de Direito da **Universidade Lusíada**, em 1997, foi membro do júri de mestrado do Licenciado Gonçalo Capitão; em 1998, fez parte de idêntico júri, desta feita relativamente ao Licenciado Paulo Duarte Gomes; em 2002 integrou, na qualidade de arguente, o júri de mestrado do Licenciado Manuel Santos Rodrigues de Almeida (*A competência do presidente da câmara municipal*); e em 2005, integrou o júri de mestrado da Licenciada Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira.

5. No Departamento de Direito da **Universidade Autónoma de Lisboa**, em 1999, foi membro do júri de mestrado do Licenciado Luís Elói Azevedo e em 2000, do júri de mestrado da Licenciada Alexandra Pessanha; em 2001, integrou o júri que apreciou e aprovou a dissertação de doutoramento apresentada pela Licenciada Ana Cristina Ramos Gonçalves Roque, tendo neste último arguido a prova complementar, *Breve Contributo para uma Teoria Jurídica da Concertação Económica e Social*; e em 2012, integrou o júri de mestrado do Lic. António Capaz Coelho (orientador);

6. Em 2002, na **Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa**, integrou o júri de doutoramento que discutiu e aprovou a dissertação apresentada pelo Licenciado José Manuel Meirim, de que era co-orientador, *A federação desportiva como sujeito público do sistema desportivo*.

V

Outra experiência profissional

1. Foi admitido como técnico superior de 2ª classe da Divisão de Contratação Colectiva do então Ministério das Corporações e Previdência Social em 15 de janeiro de 1974; rapidamente promovido a técnico superior de 1ª classe, foi colocado no Gabinete Jurídico do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, onde se manteve até Janeiro de 1976.

2. Foi nesta data chamado às fileiras, tendo cumprido a recruta e a especialidade até março do mesmo ano, na Escola Prática de Cavalaria e na Academia Militar, respectivamente. Em 26 de Março de 1976 foi requisitado ao Estado-Maior do Exército pelo primeiro titular do cargo de Provedor de Justiça, tendo aí prestado o restante tempo

de serviço militar, em regime de requisição civil, como assessor do Serviço do Provedor de Justiça. Aqui continuou a prestar serviço após a passagem à disponibilidade, primeiro, na situação de requisitado ao Ministro do Trabalho, depois como assessor de nomeação definitiva do quadro de pessoal do Serviço do Provedor de Justiça.

3. Entre 1 de Fevereiro e 15 de abril de 1984 exerceu as funções de Alto-Comissário Adjunto da Alta Autoridade contra a Corrupção, após o que regressou ao Serviço do Provedor de Justiça.

4. Deixou este serviço pouco depois, no dia 5 de junho de 1984, por ter nesse dia tomado posse do cargo de Director-Geral das Relações Colectivas de Trabalho do Ministério do Emprego e Segurança Social; pediu a exoneração deste cargo – que desempenhou durante quase três anos –, a fim de poder dedicar mais tempo à sua carreira académica, logo que lhe foi comunicada a admissão à preparação do doutoramento.

5. A partir de 31 de março de 1987 deixou de exercer quaisquer outras funções públicas permanentes para além da docência na Faculdade de Direito de Lisboa. Em julho de 1999, na sequência da sua aprovação no concurso para professor associado e após longo período de licença, pediu a exoneração do seu lugar de assessor do Serviço do Provedor de Justiça.

6. Foi membro da Comissão para o Estudo do Sistema Retributivo da Função Pública, de que foi presidente o Professor Doutor António Luciano de Sousa Franco, nos anos de 1987 e 1988.

7. Neste mesmo período, foi assessor dos júris dos concursos da Comunidade - Europeia para seleccionar chefes de divisão de nacionalidade portuguesa «Conselho/A/290» e «Conselho/LA/310».

8. Fez parte das equipas que, sob a orientação do Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral, prepararam os projectos do Código do Procedimento Administrativo Português e do Código do Procedimento Administrativo do Território de Macau, ambos já em vigor; também sob a orientação daquele professor, integrou a equipa que procedeu à primeira revisão do Código do Procedimento Administrativo Português e à que iniciou os trabalhos da segunda revisão do mesmo código; pertenceu também à equipa, que sob coordenação daquele professor, trabalhou na reforma do contencioso administrativo.

9. Desempenhou pontual e graciosamente as funções de assessor jurídico do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

10. Entre os diplomas legais cujos projectos elaborou, ou cuja preparação coordenou, destacam-se o Decreto-Lei n.º.392/79, de 20 de Setembro — que proíbe a discriminação das mulheres no trabalho e no emprego —, o Decreto-Lei n.º.279/89, de 19 de Agosto — primeiro Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo – e o Decreto-Lei n.º.125/99, de 20 de Abril – estatuto das instituições de investigação

científica; participou ainda de forma muito activa na elaboração das leis orgânicas do antigo Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério da Justiça.

11. No ano de 1993 preparou o estudo preliminar sobre a liberalização do notariado português; nos anos de 1997 e 1998 coordenou o grupo de trabalho que elaborou os projectos dos instrumentos legislativos necessários à concretização de tal reforma.

12. Participou, nos anos de 1993 e 1994, num projecto de investigação patrocinado pelo Instituto Nacional de Administração, com o objectivo de avaliar o impacto de algumas normas e princípios do Código de Procedimento Administrativo, encontrando-se o respectivo relatório final publicado no n.º.12, Janeiro-Março de 1995, da revista **Legislação – Cadernos de Ciência da Legislação**.

13. Foi membro dos júris do concurso externo de ingresso na carreira diplomática, promovidos em 1995 e em 1997 pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

14. Durante os anos de 1997 e 1998, no âmbito do Ministério das Finanças, coordenou os grupos de trabalho criados para delinear um modelo de administração tributária, para rever a lei orgânica da Direcção-Geral dos Impostos e para regular as estruturas comuns da administração tributária. Os resultados destes trabalhos, que se concretizaram na criação da “Agência Geral Tributária” (já extinta); constam de uma publicação do Ministério das Finanças (*Trabalhos preparatórios da Reforma da Administração Tributária*, Lisboa, 1999).

15. Durante o ano de 1999 coordenou o grupo de trabalho interministerial constituído no âmbito do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas para proceder à separação orgânica das funções de apoio à produção das de fiscalização e controlo da qualidade alimentar e à autonomização das respectivas tutelas, tendo, no termo dos trabalhos, subscrito o anteprojecto de lei orgânica da “Agência de Segurança e Qualidade Alimentar”, entretanto objecto de transformação.

16. Entre outubro de 2000 e maio de 2001 coordenou o grupo de trabalho encarregado de preparar o quadro jurídico do aprovisionamento electrónico do Estado; o projecto que subscreveu foi inviabilizado com a queda do XIV Governo Constitucional.

17. Entre outubro de 2001 e fevereiro de 2002, preparou, integrado num pequeno grupo de trabalho, a revisão global do quadro jurídico da igualdade entre mulheres e homens, incluindo o projecto de lei orgânica de uma futura “Direcção-Geral para a Igualdade entre Mulheres e Homens”, que o fim do XIV Governo Constitucional viria também a inviabilizar.

18. Foi membro eleito pela Assembleia da República vogal do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais entre julho de 1997 e abril de 2002.

19. Foi administrador da sociedade *Portugal 2001, SA*, que assegurou a representação portuguesa na Exposição Mundial Hannover 2000.

20. Exerceu até 1984 a actividade de advogado, designadamente na área do direito laboral, tendo participado na negociação de várias convenções coletivas de trabalho; posteriormente e até março de 2014 manteve a atividade liberal de jurisconsulto, sendo autor ou co-autor de muitos pareceres, nas áreas do direito administrativo e do direito constitucional.

21. Presidiu, desde meados da década de 90, a diversos tribunais arbitrais, com destaque para a que dirimiu o litígio entre os Estados Português e Espanhol relativamente às indemnizações devidas pelos prejuízos causados a cidadãos de nacionalidade espanhola, por força das ocupações de imóveis ocorridas após 25 de Abril de 1974.

22. Participou em diversas reuniões internacionais, entre elas a Assembleia Geral especial da O.N.U. *Decade for the Women*, reunida em Copenhaga em 1980; o congresso da Associação Internacional das Relações Industriais (Hamburgo, 1986); o 50.º Congresso da Associação Americana de Ciência da Administração (Miami, 1989); o VII Encontro das Universidades de Língua Portuguesa (Rio de Janeiro, 1997); a Conferência Multilateral do Conselho da Europa sobre Soluções Alternativas para os Litígios entre Autoridades Administrativas e Entidades Privadas (Lisboa, 1999); e o II Congresso Brasileiro de Direito Notarial e Registral (novembro de 2000).

Mais recentemente, no desempenho das suas funções no Tribunal Constitucional, participou nas reuniões:

- Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa (Benguela, 2015; Brasília, 2016);
- Conferência Trilateral das Jurisdições Constitucionais Portugal / Espanha / Itália (Lisboa, 2016);
- Conferência Constitucional Internacional organizada pelo Tribunal Constitucional da República da Arménia (Yerevan, 2016);
- Conferência Constitucional organizada pelo Tribunal Constitucional da Federação Russa (São Petersburgo, 2017);
- Conferência Internacional Constitutiva da Organização Internacional das Jurisdições Eleitorais (San Miguel de Allende, 2018);
- Conferência Internacional comemorativa do 1.º Aniversário do Tribunal Constitucional do Reino de Marrocos (Marraquexe, 2018);
- Conferência Quadrilateral das Jurisdições Constitucionais Portugal / Espanha / Itália / França (Sevilha, 2018; Lisboa, 2019);
- 5.ª Sessão da Conferência das Jurisdições Constitucionais de África (Luanda, 2019).

23. Ao tempo do XV Governo Constitucional foi membro do Conselho Consultivo para a Reforma da Administração Pública.

24. No ano de 2007 foi-lhe confiada a coordenação da Comissão para a Revisão dos Regimes Especiais do Domínio Público, que submeteu o seu projecto ao XVII Governo Constitucional.

25. Nos anos de 2012 a 2014 coordenou, com Marta Tavares de Almeida e Pierre Guibentiff, um projeto de investigação sobre a qualidade das leis, patrocinado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, que esteve na origem do escrito *Feitura das Leis. Portugal e a Europa*.

26. Foi desde a fundação e até 2016 membro do Conselho de Redação dos *Cadernos de Justiça Administrativa*.

27. É membro da Associação Portuguesa de Direito do Urbanismo e da Associação Portuguesa de Ciência Política.

28. Fez parte, até março de 2014, das listas de árbitros do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, do Centro de Arbitragem da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil e da Corte de Arbitragem Hispano-Portuguesa, tendo a sua inclusão suspensa desde a sua investidura como juiz do Tribunal Constitucional.

29. É membro do Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários.

30. Em 2006 foi-lhe conferido pelo Presidente da República o grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique.

31. Desde março de 2014 desempenha as funções de Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional e desde julho de 2016 as funções de Vice-Presidente deste Tribunal.

VI

Bibliografia mais representativa

a) Monografias e textos universitários:

1. *Os direitos fundamentais dos trabalhadores e a Constituição*, Coimbra, Editora Almedina, 1985 (dissertação de mestrado);

2. *Direito Internacional Público II (Organizações Internacionais)*, Lisboa, AAFDL, 1988 (sumários desenvolvidos das lições proferidas no ano lectivo de 1987/1988);

3. *Introdução ao Direito Comunitário*, Lisboa, AAFDL, 1988 (lições);

4. *A administração periférica do Estado - Estudo de Ciência da Administração*, Lisboa, Editora, AEQUITAS-NOTÍCIAS, 1994 (dissertação de doutoramento);

5. *Introdução à Ciência da Administração Pública*, Lisboa, ÂNCORA Editora, 2002;

6. *Direito e outras coisas*, Lisboa, Âncora Editora, 2007 (coletânea de artigos, relatórios e pareceres);

7. *O Estado gordo*, Lisboa, Âncora Editora, 2011;

8. *Introdução ao Direito Administrativo*, 11.^a edição, Lisboa, Âncora Editora, 2013.

b) Principais artigos e intervenções em colóquios:

1. *Direitos dos trabalhadores em geral e direito de contratação colectiva em especial*, «in» **Nos dez anos da Constituição**, Lisboa, 1986, pp. 41 e segs. (intervenção nas Jornadas de Direito Constitucional, promovidas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa);

2. *A marcha do processo de recurso contencioso*, «in» **Revista Jurídica**, n.ºs. 9 e 10, Janeiro/Junho de 1987, p. 187 e segs. (intervenção nas Jornadas em Honra do Professor Marcello Caetano, promovidas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa);

3. *O acórdão n.º.266/87 do Tribunal Constitucional: controverso no plano jurídico, inconveniente no plano prático*, «in» **Estado e Direito**, n.º.1, Outono/Inverno, 1987/1988;

4. *Breves reflexões sobre o estatuto eleitoral dos emigrantes*, Lisboa, AAFDL, 1988;

5. *Situação jurídica comparada dos trabalhadores da Administração Pública e dos trabalhadores abrangidos pela legislação reguladora do contrato individual de trabalho*, separata da **Revista de Direito e Estudos Sociais**, ano XXXI, IV, 2^a série, n.ºs.1/2, 1989 (intervenção num Curso de Administração Pública promovido pela Universidade Internacional);

6. *Chroniques de vie administrative - Portugal*, «in», **Annuaire Européen d'Administration Publique - 1987**, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1988, p. 559 e segs.;

7. *Importância e dificuldades da ciência da administração comparada: contributo para a compreensão dos conceitos básicos da ciência da administração norte-americana*, «in» **Revista da Faculdade de Direito de Lisboa**, Lisboa, 1990, p. 239 e segs.;

8. *Os princípios gerais do procedimento e o direito à informação e Reclamações e recursos*, «in» **O Código do Procedimento Administrativo**, Oeiras, 1992, pp. 51 e segs. e 89 e segs. (Seminário promovido pelo Secretariado para a Modernização Administrativa e pela Faculdade de Direito de Lisboa);

9. *O Código do Procedimento Administrativo e a administração autárquica*, «in» **Manual do Eleito Local**, Volume I, Coimbra, 1994, pp. 247 e seguintes;

10. *Notário*, «in» **Dicionário Jurídico da Administração Pública**, Volume VI, pp.157 e segs;

11. *Estado de direito, ordenamento do território e direito de propriedade*, «in» **Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente**, n.º.3, Junho 1995, pp. 87 e segs.;

12. *A revisão do Código do Procedimento Administrativo* «in» **Legislação - Cadernos de Ciência da Legislação**, nº.15, Janeiro-Junho 1996, INA, Oeiras, pp. 5 a 15;
13. *O controle jurisdicional da Administração Pública nos Estados Lusófonos* «in» **Cadernos de Justiça Administrativa**, nº.3, Maio/Junho 1997, pp. 3 a 11 (este texto foi também publicado no Volume 789, Ano 90, Julho de 2001, da prestigiada publicação brasileira **Revista dos Tribunais**, pp.11 a 20);
14. *Um dever de regulamentar?*, «in» **Legislação - Cadernos de Ciência da Legislação**, nº.18, Janeiro-Março 1997, INA, Oeiras, pp. 7 a 22;
15. *Sobre o estado do Estado*, «in» **Ab uno ad omnes - 75 anos da Coimbra Editora**, Coimbra, Coimbra Editora,1998, pp. 265 a 274;
16. *A irradiação da Constituição para a ordem legislativa no domínio da administração pública*, «in» **Perspectivas Constitucionais. Nos 20 anos da Constituição de 1976**, Volume III, Coimbra, Coimbra Editora, 1998, pp. 673 a 679;
17. *Responsabilidade do Estado por actos legislativos e judiciais*, «in» *La responsabilidad patrimonial de los poderes públicos*, Madrid, 1999, pp.79 a 86.
18. *Imposições à Administração Pública*, «in» **Cadernos de Justiça Administrativa**, nº.16, Julho/Agosto de 1999, pp. 49 a 51;
19. *A arbitragem nos litígios entre a administração pública e os particulares*, «in» **Cadernos de Justiça Administrativa**, nº.18, Novembro/Dezembro de 1999, pp. 2 a 11;
20. *A segurança jurídica: um problema real num mundo virtual?* «in» **ANOREG SP Jornal**, periódico da Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo, Ano III, nº.11, Novembro de 2000 (Comunicação feita ao 2º Congresso Brasileiro de Direito Notarial e Registral, em 30 de Novembro de 2000, tendo o texto sido igualmente publicado no nº.50, Ano 24, Janeiro-Junho 2001, pp.11 a 20, da publicação brasileira **Revista de Direito Imobiliário**);
21. *Las garantías de los trabajadores de la Administración Pública, en general, y su derecho a la reserva de la intimidad de la vida privada, en especial*, «in» **Documentación Administrativa**, nºs.257-258, Mayo-Diciembre 2000, pp. 305 a 318;
22. *Ciência da Administração*, «in» **Dicionário Jurídico da Administração Pública**, 2º Suplemento, pp.74 a 79;
23. *Fundações e associações públicas de direito privado*, «in» *Os caminhos da privatização da administração pública*, Coimbra, 2001, p. 323 (comunicação apresentada ao IV Colóquio Luso-Espanhol de Direito Administrativo);
24. *A arbitragem na nova justiça administrativa*, «in» **Cadernos de Justiça Administrativa**, nº.34, Julho /Agosto 2002, pp. 65 a 68;
25. *Responsabilidade pelo exercício da função jurisdicional* «in» **Cadernos de Justiça Administrativa**, nº.40, Julho /Agosto 2003, pp. 46 a 49;

26. *Relatório sobre o programa, conteúdo e métodos de uma disciplina de Metódica da Legislação*, «in» **Legislação. Cadernos de Ciência da Legislação**, n.º35, Outubro – Dezembro de 2003, pp. 5 a 87;

27. *Governo municipal – na fronteira da legitimidade com a eficiência?* (lição das provas de agregação), «in» **Themis**, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Ano V, n.º8, 2004, pp. 251 a 281;

28. *Um olhar do exterior sobre a Reforma da Administração Pública Portuguesa* «in» *A Reforma da Administração Pública Portuguesa – apostas e casos de sucesso*, Actas do Semanário Internacional Luso-Galaico, IGAP, Porto, 2004, pp. 89 e segs;

29. *Os estádios e a questão da sua sustentabilidade financeira, urbanística e ambiental*, «in» *III Colóquio Internacional. Os estádios do Euro2004*, Coimbra, 2005, pp. 315 a 325;

30. *Introdução ao Direito Administrativo Português*, «in» *El Derecho Administrativo Iberoamericano, Estudios y Comentarios*, N.º9, ed. INAP, Direcção de Santiago González-Varas Ibáñez, Granada, 2005;

31. *Encefalopatia Espongiforme Administrativa*, «in» *5 Anos da Reforma Fiscal de 1988/1989. Jornadas de Homenagem ao Professor Doutor Pitta e Cunha*, Coimbra, 2005, pp. 585 a 594;

32. *A pretexto do dever de sigilo do Provedor de Justiça*, «in» *O Provedor de Justiça. Estudos*, Lisboa, 2006, pp. 81 a 95;

33. *Arguição da dissertação de doutoramento* Implicações jurídicas do projecto do genoma humano: constituirá a discriminação genérica uma nova forma de apartheid? *apresentada pela Mestre Helena Melo* «in» **Themis**, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Ano VII, n.º12, 2006, pp. 2203 e segs.;

34. *Âmbito de aplicação subjectiva do Código dos Contratos Públicos* «in» **Cadernos de Justiça Administrativa**, n.º64, Julho/Agosto 2007, pp. 9 a 14;

35. *Estudos de caso no âmbito do Observatório da Legislação Portuguesa*, «in» *Estudos comemorativos dos 10 anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, Coimbra, Editora Almedina, 2008, Volume I, pp. 287 e segs.;

36. *O Domínio público*, «in», **Themis**, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Ano VIII, n.º15, 2008, pp. 109 a 116;

37. *Sobre o conceito de documento administrativo*, «in» **Cadernos de Justiça Administrativa**, n.º75, Maio/Junho 2009, pp. 3 a 10;

38. *Divisão administrativa e órgãos regionais*, «in» **Direito Regional e Local**, n.º8, Outubro/Dezembro 2009, pp. 3 a 8;

39. *Dos porquês aos “para quês” das leis: existirá uma verdadeira racionalidade legislativa?* «in» **Legislação. Cadernos de Ciência da Legislação**, n.º50, Outubro – Dezembro de 2009, pp. 79 a 89;

40. *O regime da revogação no CPA: uma revisão conveniente* «in» **Cadernos de Justiça Administrativa**, n.º 82, Julho/Agosto 2010, pp. 69 a 73;
41. *Possibilidades de reforma das actuais estruturas municipais e do respectivo regime jurídico*, «in» *Problemas actuais da administração municipal*, Actas do 8.º Colóquio Luso-Espanhol de Direito Administrativo, Coimbra, 2010, pp. 67 a 73;
42. *O contrato administrativo no pensamento de José Manuel Sérvulo Correia*, «in» *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, Volume II, Coimbra Editora, Coimbra, 2010, pp. 415 a 431;
43. *O conceito de empresa pública no pensamento de Diogo Freitas do Amaral*, «in» *Homenagem ao Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral*, Editora Almedina, Coimbra, 2010, pp. 63 a 79;
44. *Carlos Ferreira de Almeida, Comparatista*, «in» *Estudos em Homenagem do Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, Volume I, Coimbra, Editora Almedina, 2011, pp. 135 a 151;
45. *The limited rationality of the legislative decision* «in» *Quality of Legislation. Principles and Instruments*, Editora Nomos, Baden-Baden, 2011, pp. 193 a 199 (Actas do Nono Congresso da *International Association of Legislation*, realizado em Lisboa, em Junho de 2010);
46. *Autonomia e domínio público regional. O domínio público marítimo* «in» *Açores: uma reflexão jurídica*, Coimbra Editora, Coimbra, 2011, pp. 227 a 236;
47. *Arbitragem administrativa nos conflitos desportivos?* «in» *A Arbitragem Administrativa e Tributária*, Editora Almedina, Coimbra, 2012, pp. 80 e segs.;
48. *Jorge Miranda e a Universidade*, «in» *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, Volume I, pp. 23 e segs.;
49. *Actos políticos – contributo para a sua delimitação* «in» **Cadernos de Justiça Administrativa**, n.º. 98, Março/Abril 2013, pp. 3 a 13;
50. *De volta a uma fronteira turbulenta – actos administrativos e actos políticos* «in» **Cadernos de Justiça Administrativa**, n.º 99, Maio/Junho 2013, pp. 40 a 43;
51. *O difícil tempo do direito*, «in» *Estudos em Memória do Conselheiro Artur Maurício*, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, pp. 565 e segs.;
52. *O princípio da colaboração da administração pública com os particulares no novo CPA*, «in» *Comentários ao Novo Código do Procedimento Administrativo*, 2.ª edição, 2015, Lisboa, AAFDL Editora, pp. 235 a 250;
53. *Poderes administrativos de supervisão sobre as entidades bancárias – do caso português ao problema europeu*, «in», *O livro dos amigos de Luís Lingnau da Silveira*, Coimbra, Editora Almedina, 2016, pp. 81 a 91;
54. *Os poderes administrativos das forças de segurança: organização e exercício*, «in» *Liber Amicorum Fausto de Quadros*, Coimbra, Editora Almedina, 2016, pp. 603 a 613;

55. *Democracia*, «in» Comentário da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Lisboa, Editora Universidade Católica Portuguesa, 2019, Volume I, pp.44 a 61;

56. *O Tribunal Constitucional: um legislador indireto?* «in» Estudos em Homenagem ao Conselheiro Presidente Joaquim de Sousa Ribeiro, Coimbra, Editora Almedina, 2019, Volume I, pp. 725 a 743.

C) Obras em co-autoria

1. *Relações colectivas de trabalho*, Lisboa, Emp. Lit. Fluminense, 1979 (com PEDRO MAGALHÃES);

2. *Administrative Law*, «in» *Portuguese Law. An overview*, Coimbra, Editora Almedina, 2007, pp. 99 a 112 (com DIOGO FREITAS DO AMARAL);

3. *Legal Studies* «in» *Portuguese Law. An overview*, Coimbra, Editora Almedina, 2007 (com TIAGO DUARTE);

4. *O acto administrativo como fonte de direito*, «in» *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho*, Volume IV, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, pp. 177 a 194 (com ANTÓNIO LORENA DE SÈVES);

5. *Feitura das Leis. Portugal e a Europa*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014 (com MARTA TAVARES DE ALMEIDA e PIERRE GUIBENTIFF);

6. *Contributo para a história organizativa dos governos constitucionais da Segunda República*, «in» *António Manuel Hespanha. Entre a história e o direito*, Coimbra, Editora Almedina, 2015 (com ANA ÓRFÃO, DUARTE MANOEL, MARTA MEDEIROS, PEDRO POLICARPO e RAQUEL CARVALHO);

7. *Dicionário Jurídico Luso-Brasileiro*, Lisboa, Âncora Editora, 2015 (com ÉRICO ANDRADE).

8. *Local Government in Poland and Portugal. Comparative Legal Analysis*, , Varsóvia, Wolters Kluwer Business, 2015 (com ANA RAQUEL MONIZ, ISABEL CELESTE FONSECA e ANTÓNIO LORENA DE SÈVES);

9. *Introdução ao Direito Administrativo*, 12.^a edição, Lisboa, Âncora Editora, 2016 (com VERA EIRÓ).

31 de dezembro de 2019